

Calote ganha aval da Constituinte

Mas nova emenda limita anistia a 5 mil OTNs e 5 módulos rurais

O plenário da Constituinte aprovou ontem a isenção da correção monetária aos débitos do micro e pequeno empresário e do mini e pequeno produtor rural. A votação, que consagrou a fusão de emendas dos deputados Ziza Valadares (PSDB/MG), Humberto Souto (PFL/MG) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE), por 286 votos contra 163 e 22 abstenções, foi festejada das galerias pelo líder da UDR, Ronaldo Caiado, e aplaudido do plenário pelo PDT, que rompeu um acordo firmado com os partidos de esquerda. Logo depois, no entanto, o quadro mudou, ao ser aprovada por 297 contra 115 e 17 abstenções uma proposta aditiva do deputado Roberto Freire (PCB/PE), que limitou os benefícios do dispositivo aos financiamentos iniciais de até 5 mil OTNs e aos proprietários de até cinco módulos rurais.



grupo de constituintes fazia o papel de "claque" de auditorio, puxando o apoio de outros. Entre os entusiasmados com a anistia ampla proposta pela fusão estavam conhecidos progressistas, como os deputados Vicente Bogo (PMDB/RS) e Rose de Freitas (PSDB/ES), desta vez ao lado de Sérgio Brito (PFL/BA) e César Cals Neto (PDS/CE).

A fusão aprovada inicialmente já estava pronta há dias, para entrar em votação se as negociações fracassassem, como ocorreu. Isentava da correção monetária, sem restrições, os débitos dos micro e pequenos empresários ou seus estabelecimentos contraídos entre 28 de fevereiro de 1986 e 28 de fevereiro de 1987 e dos mini, pequenos e médios produtores rurais, daquela data até 31 de dezembro de 1987. De acordo com a proposta, serão consideradas as receitas anuais de até 10 mil OTNs, como limite para as micro empresas a serem beneficiadas, e de até 25 mil OTNs no caso das pequenas empresas. A classificação dos produtores rurais será feita com base nas normas do crédito rural vigente à época do contrato.

Com a aprovação da emenda aditiva de Roberto Freire, estes limites ficaram mais restritos. "É preciso colocar um mínimo de moralidade no que se aprovou", advertiu ao defender

sua proposta. Só terão isenção total da correção monetária os empresários que obtiveram um empréstimo de até 5 mil OTNs, dentro daquele período fixado pela fusão, que corresponde ao Plano Cruzado.

Para impedir que também os latifundiários fossem beneficiados, Freire assegurou a concessão da isenção aos proprietários de até cinco módulos rurais.

Segundo explicou, a definição de pequeno, médio e mini produtores rurais é feita pelo manual do crédito rural de posse dos bancos, que leva em consideração o faturamento do proprietário. Neste caso, uma grande propriedade pode ter um baixo faturamento e ser classificada como pequena ou média. "Com até cinco módulos ninguém será grande proprietário", garantiu o deputado.

Ao se pronunciar, anteriormente, contra a aprovação da fusão de emendas, Freire já havia advertido que a questão vinha sendo muito mal discutida. "A maior vítima destes governos que vêm se sucedendo não é o capital, mas o trabalho e o trabalhador. Mas aqui nem se discutiu a defasagem dos salários. Na discussão da dívida dos empresários a proposta se ampliou tanto que transformou a anistia e as suas intenções em pilantragem e negociata", disse ele.

Além da emenda de Freire, outras duas aditivas foram votadas mas rejeitadas. O deputado Gerson Pires (PDS/PA) propôs a redução dos benefícios da fusão em 50 por cento. A proposta foi rejeitada por 231 votos contra 197 e 20 abstenções. José Maria Eymael (PDC/SP) queria estender os benefícios às entidades filantrópicas e também teve sua tese derrubada, por 193 votos contra 162 e 37 abstenções.



Passa a anistia ampla: um dos autores, braços levantados, faz sua festa

Governo reage e corta crédito à agricultura

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, determinou ontem do Rio de Janeiro, momento antes de embarcar para os Estados Unidos, a suspensão de todas as operações de custeio agrícola e rural até que se faça uma nova avaliação do impacto da aprovação da fusão de emendas que anistia a dívida de pequenos e microempresários rurais e urbanos.

A informação foi transmitida à imprensa pela coordenadoria de comunicação do Ministério por volta das 21h30. Do Rio, Mailson transmitiu a decisão por telefone ao secretário-geral, Paulo César Ximenez, que ficará interinamente à frente da Fazenda até seu retorno, no dia 8 de julho.

Mailson da Nóbrega foi específico ao determinar que seja suspenso o custeio agrícola, "até uma avaliação completa do impacto da medida". O último cálculo da Fazenda, referente aos prejuízos causados pela anistia, chegava a Cz\$ 750 bilhões. Mas esse número precisa ser recalculado em função de algumas mudanças introduzidas nas emendas.

As operações de EGF e AGF, contudo, não serão alteradas. O mês de julho, tradicionalmente, movimenta poucos recursos em custeio, mas um volume bastante significativo nas operações de comercialização, através das aquisições de produtos agrícolas feitas pelo Governo.

Nenhum tipo de retaliação por parte do Governo

podrá ser aplicado aos empresários urbanos, já que não trabalham com recursos oficiais, como é o caso do crédito agrícola. Mas é possível que os bancos tomem alguma medida também de impacto.

Na semana passada, Mailson da Nóbrega, falando em cadeia nacional de rádio e televisão, alertou sobre possíveis medidas para contenção do déficit público, já que a aprovação da anistia causaria uma grande perda de recursos num momento inoportuno. O tema agora ficará interino que, com certeza, manterá contatos hoje com o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, sobre qual a melhor estratégia a adotar.

Restrição alivia os governistas

O grupo governista afinado com o líder Carlos Sant'Anna já não escondia ontem sua preocupação com o resultado da votação das emendas da anistia quando ganhou um alento: os 297 votos que aprovaram a emenda da PCB restringindo o benefício aos empréstimos até cinco mil OTNs para os micro e pequenos empresários e dos proprietários de no máximo cinco módulos rurais, no caso dos produtores. Minutos antes o líder anunciava que "o Governo tem que fazer alguma coisa para ver se equilibra o rombo". Depois, olhando para o painel eletrônico, acrescentou: "Agora melhorou bastante".



Mansueto

som de um coro de sim já não estavam mais lá pressionando. Fluzza que havia advertido para as consequências desastrosas contidas no texto dos autores da fusão, disse, após a segunda votação, que "desta maneira acho que o Governo poderá suportar sem criar novos impostos".

Desanimado, o líder do Governo no Senado, Saldanha Derzi, saiu do plenário antes de verificar o resultado da votação da emenda Roberto Freire. Por isso, comentou apenas que a "Assembleia Nacional Constituinte é soberana e sabe brevemente o que fez".

Ao seu lado, Carlos Sant'Anna acrescentou que recebia o resultado com tristeza mas acatando a decisão. "Afinal", comentou, "o rombo é de Cz\$ 750 bilhões. Pelo menos foi o número que me informaram". Logo depois, vinha a aprovação da restrição que interferiu no humor de todos os governistas.

Resoluiu tudo, comemorou Luiz Roberto Ponte, abraçando-se com seus colegas, enquanto Gilson Machado acrescentava: "Salvo melhor do que a encomenda". Eles todos estavam seguros de que contabilizariam mais uma vitória no plenário com o texto elaborado por Machado e apoiado por muitos, como Luiz Eduardo Magalhães, que até à véspera não se dispunha a votar nenhum tipo de anistia. Ontem, pouco antes de começar a votação, revelava algum avanço: "Vou votar na 3 e na 4 (as opções mais restritivas que entrariam se as anteriores fossem derrubadas), porque a três não dá quase nada e a quarta só dá prazo".

O problema da anistia se arrastava em reuniões sucessivas sem nenhum acordo sobre o mérito. O que pegou mesmo foram dois pontos: os autores da emenda e mais uma parcela avulsa de constituintes não admitiam que o perdão fosse menor do que previam inicialmente — de 28 de fevereiro de 1986 até 31 de dezembro de 1987; e também queriam beneficiar os médios produtores rurais. Outros queriam algo bem restrito.

Na reunião feita antontem, até o início da madrugada, além de não chegar a acordo, foram mais uma vez surpreendidos pela intransigência que quase provocou troca de socos entre os deputados Humberto

Souto e Gilson Machado. Souto apontado por todos os negociadores como o mais ríspido, agressivo e ácido com os colegas, disse a Machado num determinado momento que ele estava na reunião em nome dos banqueiros, mais precisas entre do Banorte, que é de seu irmão, Machado, um campeão de judô, levantou-se e respondeu no mesmo tom que seu irmão Antonio era apenas diretor da instituição: ele mesmo era agricultor e mais dois outros irmãos, peccaristas. Depois, acrescentou que não dava a Souto intimidade para julgar suas ideias. E já partia para brigar quando a turma do deixa disso entrou, acalmando os ânimos.

As dificuldades entre os representantes da ala governista e Souto se arrastavam há alguns dias. Em reunião anterior, Souto acusou Samir Achoa, que fazia dupla com Gilson Machado, de falar por banqueiros e ser um "turco safado". Não bastasse isso, as interferências de vários constituintes nas negociações acabavam criando a desfazendo alianças em fração de segundos.

Ontem à tarde, novamente, tentaram um acordo final. Acabaram acertando um processo de votação que, basicamente, envolvia quatro tipos de texto de fusão. Começariam pelo mais abrangente e, se não passasse, colocariam sucessivamente os demais textos, cada um mais restritivo. O último, de Luiz Roberto Ponte, não perdona a correção monetária, era o único com a data correta (1º de março de 1987, que foi quando houve a primeira correção da OTN, em 71 por cento) e apenas dava prazo e condições para o pagamento. Depois, entrariam as emendas aditivas, a única parte do acordo que foi respeitada.

Essa negociação, porém, foi feita em tamanho tumulto que o líder do PCB, Roberto Freire, chegou a garantir — erradamente — que mesmo aprovando o primeiro texto os outros entrariam em votação porque eram modificativos do inicial, o que contraria o regimento interno. E não ficou sozinho, porque o líder Carlos Sant'Anna pensava que era do mesmo jeito a ponto de, mesmo sendo um dos aliados conhecedores das normas regimentais, justificar que no acordo valia tudo: "Trata-se de emenda modificativa". Só a vitória do texto dos autores fez os dois entenderem a incorreção de suas posições.

Muitos constituintes deixaram para votar num texto restritivo e não conseguiram. O senador Albano Franco e os deputados Afif Domingos e Benito Gama são exemplos disso. Eles iriam apoiar as últimas emendas. Ajudaram, porém a fechar a comporta da anistia ampla, com votos a favor das limitações da emenda aditiva. Gama, que tinha compromissos com suas bases, comentou que agora terá que explicar claramente o que aconteceu.

Outras áreas vão ser atingidas

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, disse ontem que "se a decisão de conceder a anistia prevalecer no segundo turno de votação, o Governo efetuará os cortes necessários para compensar o custo dessa decisão, pois as metas do programa fiscal do governo que objetivam a redução do déficit público para 4 por cento do PIB são intocáveis".

Segundo os técnicos da Sepian, além dos cortes no crédito agrícola, seriam atingidos também o crédito industrial para a agricultura e os fundos e programas, como o Funagri (Fundo Nacional da Agricultura), por exemplo. Outras hipóteses consideradas pela Sepian para os cortes seriam o saneamento financeiro de estados e municípios, no financiamento para investimentos agropecuários — agora em definitivo —, no financiamento para o custeio pecuário e ainda no refinanciamento de dívidas de micro e pequenas empresas.

A maior preocupação do ministro em relação à anistia, no entanto, não está nos cortes, mas na possibilidade de dos micro e pequenos empresários e dos produtores rurais que quitaram os

seus débitos reivindicarem uma isonomia. Ou seja, através de uma ação regressiva, eles poderiam entrar na Justiça para receber de volta o dinheiro da amortização dos seus débitos. Assim, além de diminuir a receita, a anistia provocaria um aumento da despesa do Governo.

Na previsão de um assessor de João Batista, o Go-

verno poderá ficar sem recursos para aplicar nas operações oficiais de crédito. Ele explica que os recursos destinados a essas operações são parte do Tesouro Nacional e parte do retorno no pagamento de débitos dos empréstimos contraídos junto ao Governo. A partir do momento em que o Governo fica sem uma dessas fontes, destacou, ele não terá como aplicar no ano seguinte. Essas operações não seriam prejudicadas pelos empréstimos tomados em 86, mas somente a partir de 87, porque o prazo de pagamento varia de seis meses a um ano. Os empréstimos feitos no ano passado, portanto, deveriam ser pagos exatamente agora.

Além dos cortes nos gastos e nas despesas, os técnicos da Sepian antecipam que se a anistia permanecer, o Governo também aumentará os impostos para arrecadar mais. Eles dizem que a primeira medida nesse sentido seria o aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas e das jurídicas que, junto com o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), são responsáveis pela maior parcela da arrecadação do Governo.

AS MEDIDAS QUE PODEM VIR

- 1— Suspensão das operações de crédito de custeio agrícola e pecuário
- 2— Corte no crédito industrial à agricultura
- 3— Corte no crédito de fundos e programas, como o Fundo Nacional da Agricultura
- 4— Corte nos financiamentos a Estados e municípios, principalmente para a área de saneamento básico
- 5— Corte nos refinanciamentos de dívidas dos micro e pequenos empresários
- 6— Aumento do Imposto de Renda
- 7— Probabilidade de criação do empréstimo compulsório

JULIO ALCANTARA



Passa a limitação e a festa se inverte: José Lourenço abraça Lula

UDR faz festa para comemorar vitória

"Unidos derrubamos a correção monetária". O acampamento armado pela UDR no Parque da Cidade ficou tomado por falxas como esta, comemorando a vitória da anistia para os pequenos e médios produtores na Constituinte. Mesmo sem saber com certeza o conteúdo do texto aprovado pelos constituintes, os mais de dois mil agricultores vindos de todo o País para acompanhar a votação no Congresso, prepararam um grande churrasco com direito a fogos de artifício e forró.

A festa da UDR começou muito antes da chegada do

presidente nacional, Ronaldo Caiado, para comunicar oficialmente o resultado da votação na Assembleia Constituinte. Os produtores rurais chegaram a Brasília no início da semana em mais de cinquenta ônibus vindos de diversos estados. Eles não sabem ainda quando vão voltar para casa, estão esperando um posicionamento das lideranças da UDR.

Os produtores rurais se prepararam para a festa vestindo bonés, camisetas e crachás pela aprovação da anistia. A noite muitos ônibus ainda chegavam do Congresso Nacional.